



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do 10º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2019-2020	
Tema	Audiência Pública da 9º Região, abrangendo as Comarcas de 9º Região, abrangendo as Comarcas de Caldas Novas, Corumbaíba, Catalão, Cumari, Goiandira, Ipameri, Orizona, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás e Urutaí.
Data e hora	10/09/2020, 08h30min
Local	Sala Virtual Zoom Meetings
Secretário	Kenedy Augusto Batista Pereira e Ana Paula Saad Canêdo Machado
Participantes da mesa diretora virtual	<p>Audiência Interna com Magistrados e Servidores ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador da Comissão Organizadora de Encontros Regionais DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça TIAGO LUIZ DE DEUS COSTA BENTES – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas-GO LAURA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Juíza de Direito da Comarca de Itaberaí representando a ASMEGO.</p> <p>Audiência Pública ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador da Comissão Organizadora de Encontros Regionais DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça TIAGO LUIZ DE DEUS COSTA BENTES – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas-GO MAGDA MOFATO - Deputada Estadual MARIA VIRGINIA SILVA – Procuradora do Município representando o Prefeito de Caldas Novas Dr. PEDRO EUGÊNIO BELTRAME BENATTU – Coordenador das Promotorias de Justiça de Caldas Novas-GO Ten.Cel RONNY ALVES – Comandante do 26º Batalhão da PM Ten.Cel TIAGO DIAS COELHO – Comandante do 9º Batalhão Bombeiros Militar</p>

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (09/09/2020):

Eventos:



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Painel Motivacional com a DRH/TJGO – Daniella e Patrícia
- PJD Cível Avançado: Maria de Fátima da Silva
- PJD Cível - Ferramentas e Estratégias para uma Gestão Eficiente: Susana Silva Araújo
- Capacitação Contadoria: Marcelo Tiago da Silva
- Capacitação CEJUSC: Jackson de Sousa Santos

Quinta-Feira (10/09/2020):

Eventos:

- Capacitação PJD Criminal Inicial: Maria de Fátima da Silva
- Capacitação Proad: Hudson Cândido Rodrigues
- Capacitação Gestão das Unidades Judiciais Utilizando o Sistema Controle: Felipe Aires Gonçalves Vieira e Natal
- Capacitação do Extrajudicial 1: Suzana Estevam de Almeida
- Capacitação do Extrajudicial 2: Igor França Guedes e Naurican Ludovico Lacerda
- Painel sobre o Processo Civil e Penal de Crise e os Provimentos 18 e 19 da CGJ, ministrado pelos magistrados Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Laura Ribeiro de Oliveira, Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial da Comarca de Itaberaí-GO e mediado por Tiago de Deus Costa Bentes – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas-GO. Transmissão simultânea, ao vivo, pelo canal da EJUG no YouTube.
- Reunião do Extrajudicial com todas as serventias da 10ª Região, presidida pelo 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Algomiro Carvalho Neto

Sexta-Feira (11/09/2020):

Eventos:

- Audiência Interna com Magistrados e Servidores da 9ª Região Judiciária, no turno matutino, presidida ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
- Audiência Pública turno vespertino, presidida pelo pelo 3º Juiz Auxiliar da



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Corregedoria, ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS, representando o Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, Corregedor-Geral da Justiça.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA

1. Após os cumprimentos oficiais, Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça iniciou a reunião informando que o momento é para ouvir sugestões, reclamações e dúvidas de magistrados e servidores das comarcas da 9ª Região Judiciária.
2. Fabrício Duarte Sousa, Presidente do SindJustiça, questionou a) como tem funcionado o atendimento dos servidores que suspeitam ter sido infectados pela Covid-19 e o Dr. Paulo Sardeiro, Diretor do Centro de Saúde respondeu que a Telemedicina do TJ funciona nos telefones (62) 99213-4977 ou 3018-6058 e que tem atendido a todos os servidores; b) como está sendo feita a entrega dos EPIs e demais equipamentos de segurança aos servidores que deverão iniciar o retorno do trabalho presencial e Tatiana Rodrigues Ferreira, Diretora Administrativa, informou que já foram adquiridos EPIs, além de totens, tapetes sanitizantes e termômetros e eles estão sendo encaminhados às Comarcas à medida que chegam ao TJ; c) sobre as soluções que a CGJ adotará diante do aumento do volume de trabalho e da sobrecarga dos servidores que tem desenvolvido, por isso, doenças físicas e mentais, levando a constantes afastamentos e da impossibilidade de contratação de mão de obra por força da LC 173, e Ecs 54 e 55 que travam o orçamento. Aldo Sabino, 3º Juiz Auxiliar da CGJ informou que a realização de concurso público é inviável neste momento, por várias questões, principalmente em virtude das limitações orçamentárias e que o TJ, buscando soluções alternativas e tentando mitigar o problema de sobrecarga dos servidores, tem investido no teletrabalho e na aplicação de ferramentas tecnológicas e meios eficientes de gestão com o intuito de reduzir o impacto do aumento da carga de trabalho e tornar a vida funcional do servidor e do magistrado mais satisfatória. Aldo Sabino, 3º Juiz Auxiliar da CGJ registrou, como exemplo dessas iniciativas, o desenvolvimento de um robô pela Diretoria de Informática para fazer cartas automaticamente, além da BERNÁ, criada pela DGI, um instrumento de inteligência artificial que identifica a repetição de demandas em um primeiro momento, e num segundo momento poderá sugerir o melhor modelo de decisão a ser aplicado neste ou naquele processo. A implantação do SISBAJUD que também reduz a necessidade de intervenção de mão de obra para ser utilizado.
3. Eleandro Alves de Almeida, Vice-Presidente do SINDOJUSGO, solicitou (a) à Diretoria Administrativa que os Oficiais de Justiça tenham prioridade na disponibilização dos equipamentos de segurança, porque em razão da natureza do trabalho que desempenham estão mais expostos ao risco de contágio pela Covid-19 estão mais expostos em razão da natureza do trabalho que desenvolvem; (b) à Diretoria de Planejamento Estratégico um maior investimento no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que auxiliem o Oficial de Justiça na realização de seu trabalho. Mislene Medrado, Diretora de Planejamento, enfatizou que há vários projetos que irão auxiliar



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

os Oficiais de Justiça a desenvolver um trabalho mais efetivo, seguro e célere, todos em andamento. (c) Sobre o tema, Aldo Sabino, 3º JA, afirmou que a Corregedoria-Geral da Justiça inovou de forma arrojada e disponibilizou todos os meios tecnológicos disponíveis para auxiliar o trabalho do Oficial de Justiça durante a pandemia (Provimento-CGJ 26/2020) o que pode ficar como legado. O acesso do Oficial de Justiça ao Sistema ProJudi é uma questão que o TJ vem trabalhando, há um estudo para a criação de uma Central Eletrônica de Mandados, mas ainda não foi implantada. Reforçou o posicionamento de que os Oficiais de Justiça tem que ter acesso independente ao PJD.

4. Dra. Vaneska Baruki, Juíza de Direito da Comarca de Caldas Novas, elogiou o formato e o conteúdo do Encontro Regional. Como Juíza da área Criminal ponderou que há uma evolução muito lenta nesta matéria, e que os magistrados estão na berlinda sendo constantemente correccionados pelo CNJ. Fez as ponderações sobre a) acordo de não persecução penal tem um vácuo normativo interno e com isso há ausência de padronização o que pode gerar problema b) procedimento da execução da pena de multa nas condenações criminais modificada com o pacote anticrime; c) a falta de comunicação entre os vários sistemas utilizados na área criminal; d) necessidade de inserção no PJD de funcionalidades para processos que tem tramitação no Tribunal do Júri; e) inconsistências observadas no PJD que geram insegurança aos servidores para expedir certidões de antecedentes criminais; Dr. Aldo apontou que há dificuldades para desenvolvimento e implantação de funcionalidades tecnológicas pela CGJ, pois a Diretoria de Informática é subordinada à Presidência. Destacou que há vários PROADs em tramitação para a implementação de ferramentas tecnológicas na área criminal que atendem a algumas solicitações, tais como os PROADs 224043, 233008 e 213582, (Sistema Controle Prisional, Integração BNMP-PROJUDI e criação de alerta para cumprimento tempestivo do art. 316, parágrafo único do CPP). Anderson Yagi, Diretor de Informática, asseverou que o PJD Criminal é prioritário e suas questões são prioridade naquela Diretoria.
5. Nunziata Stefania Valenza Paiva, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Catalão, alegou a falta crônica de profissionais nas equipes interdisciplinares para atuação na 9ª Região Judiciária. Pontuou que somente na vara em que atua há mais de 200 processos aguardando a equipe interdisciplinar. Donizete Martins, 1º JA-CGJ informou da imprevisibilidade de concursos e da necessidade de que os magistrados adotem soluções criativas e alternativas como a utilização dos meios eletrônicos para atender as demandas referentes aos vulneráveis. Dr. Nunziata sugeriu então o remanejamento de profissionais de outras regiões e o Dr. Tiago Bentes aventou a possibilidade de que sejam feitos convênios com prefeituras ou auxílio remoto de outras equipes que tenham menor volume de trabalho. Maria Nilva, Coordenadora da Equipe Interprofissional informou que se deve dar prioridades as demandas de crianças e adolescentes, e em outros casos pontuais promover a nomeação mediante utilização do Banco de Peritos, ressaltando a importância na realização dos atos de forma virtual.
6. Hugo Gutemberg Patiño de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caldas Novas, fez questionamento sobre o Ofício



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Circular 407/207 que restringiu a atuação das equipes interdisciplinares apenas para os processos das Varas de Infância e Juventude e se a CGJ tem algum estudo no sentido de viabilizar a extensão da atuação nas Varas de Família. Dr. Donizete enfatizou que os magistrados tem que usar de criatividade para atuarem nesse contexto de escassez de profissionais e Maria Nilva explicou que não há profissionais suficientes para atender também essa demanda.

7. **Inicialmente proposto pelo Dr. Marcus Vinícius Ayres Barreto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Catalão e endossado por todos os magistrados presentes na audiência, a realização de estudos para contratação emergencial e temporária de profissionais para atuação nas equipes interprofissional da Corregedoria-Geral da Justiça para atender a demanda de processos em que há interesse de crianças e adolescentes nas Varas da Infância e Juventude e nas Varas de Família. Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, informou que será instaurado um PROAD com a sugestão e, por indicação da DPE, após instaurado será encaminhado inicialmente à Presidência do TJ.**
8. A Dra. Laura Ribeiro de Oliveira, magistrada representante da ASMEGO ponderou que o TJ tem que dar ao magistrado as condições de trabalho e de atuação dentro do que especifica e determina a legislação e que se valer de criatividade não é uma alternativa viável, principalmente quando há interesse de crianças e adolescentes envolvidos.
9. Fábio, servidor da Comarca de Urutaí, afirmou que a notícia da desativação de unidades judiciárias com pequena distribuição processual tem desmotivado os servidores da Comarca de Urutaí. Ponderou que se trata de um contra senso em relação aos objetivos e deveres inerentes ao Poder Judiciário de disponibilizar o acesso à justiça a todos, principalmente aos mais vulneráveis. Dr. Aldo esclareceu que, por enquanto há estudos para a desativação dessas comarcas, mas que estão sendo ouvidas as comunidades por meio de audiências públicas. Informou que as comarcas com possibilidade de desativação tem movimentações processuais muito pequenas, de custo elevado e que sua desativação é motivada pela necessidade de remanejamento de servidores. Destacou que não significa que as comarcas desativadas não terão atendimento. Serão criados postos de atendimento virtual, as comarcas que receberem a redistribuição dos autos das comarcas desinstaladas receberão os servidores, que poderá haver remanejamento de distritos para equalizar a distribuição dos processos. Ponderou que é preciso que se apliquem conceitos de gestão empresarial no âmbito do Poder Judiciário buscando uma maior eficiência do serviço prestado. Que é preciso haver cooperação para prestação de serviços remotos nas comarcas com mais volume de trabalho por servidores que estão em locais com menor demanda. Mislene Medrado, Diretora de Planejamento Estratégico ratificou as ponderações, enfatizando que o TJ está tentando equalizar a força de trabalho, tem estudado e feito audiências públicas para a condução desse projeto de desinstalação de comarcas e distritos. Não haverá desguarnecimento do jurisdicionado, que será atendido de forma efetiva remotamente ou em postos avançados a serem criados nas comarcas desativadas. Tais alternativas podem prevenir o adoecimento dos



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

servidores, proporcionar economia do dinheiro público, melhorar a eficiência do Poder Judiciário. Foram feitas várias ponderações sobre a necessidade resguardar o servidor, o magistrado, o usuário do Poder Judiciário e manter a eficiência dos trabalhos desenvolvidos.

10. Dr. Tiago Bentes, Diretor do Foro da Comarca de Caldas Novas, questionou (a) sobre a possibilidade da CGJ editar ato normativo para padronização de procedimentos e fluxogramas, (b) sobre o pagamento não efetuado de conciliadores no CEJUSC e (c) alcance do perfil de estagiário do PROJUDI (d) também sobre a possibilidade de que seja autorizado o pagamento do MAPA na faixa 01 para o cumprimento de atos do CENOPES por Oficiais ad hoc não servidores do Poder Judiciário. Dr. Aldo respondeu que (a) o NUPEMEC trata desse assunto e (b) perfil estagiários há um PROAD em que se estabelece um limite de atos que eles podem praticar c) padronização havia no SPG mas no PROJUDI não tem e estamos em via de ir para o Pje e o Projudi vai ser descontinuado d) fluxogramas de padronização de procedimentos. O TJ tem uma comissão que trata da matéria a CGJ é apenas consultada.

DELIBERAÇÃO DA AUDIÊNCIA INSTITUCIONAL

11. Luciano Henrique de Toledo, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Catalão sugeriu estudos em torno da redução do número de comunicações feitas por intermédio do Malote Digital, excluindo-se as notificações sem relevância, como invalidade de selos e documentos públicos do Serviço Extrajudicial.

12. O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, Aldo Sabino, determinou que essa ponderação fosse inserida em ata para juntada ao PROAD 222875, de iniciativa do MM. Juiz de Direito Rodrigo Brustolin, que já trata justamente deste tema.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após as saudações oficiais, o Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, representando o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho abriu os trabalhos, informando que o momento é para ouvir todos os presentes.
2. Hugo Gutemberg Partião de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caldas Novas se apresentou aos servidores, magistrados e comunidade e se colocou à disposição. Registrou a boa iniciativa da Subseção da OAB de Caldas Novas em promover uma reunião para que os advogados e os magistrados recém-chegados na Comarca se conheçam.
3. Paulo César Araújo de Castro, servidor da DPP e cerimonial do Encontro Regional registrou elogio formal ao magistrado Hugo Gutemberg Partião de Oliveira destacando seu comprometimento, disposição e disponibilidade no atendimento ao jurisdicionado e na execução do trabalho judicial. Enfatizou que Caldas Novas foi contemplada com um magistrado diferenciado.
4. Ana Paula Salgado Araújo perguntou sobre o cronograma de digitalização dos processos criminais. Aldo Sabino, 3º JA-CGJ, respondeu que tem uma equipe na Comarca de Goiânia, que há um cronograma e que os processos



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

de réus presos tem prioridade. Contudo, a própria Unidade Judiciária pode promover a digitalização desses processos e que há um manual elaborado pela DGE que orienta como proceder. O Manual foi disponibilizado no chat da Audiência Pública.

5. Elizabeth Nolasco perguntou sobre o cronograma de digitalização dos processos cíveis.
Thiago Borges Dutra de Castro, Coordenador Judiciário da Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia, esclareceu que o interior estava abrangido por um cronograma mas que com a pandemia houve um ajuste para que esse cronograma possa ser efetivamente aplicado a partir de 2021. Por enquanto tem prioridade os processos urgentes e aqueles com réus presos.
6. **Hugo Gutemberg Partiño de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caldas Novas apontou a seguinte inconsistência na utilização do PJD. Quando o PDF é gerado por inteiro os documentos não abrem completamente. Se os documentos são abertos individualmente o problema não ocorre.**
7. **Susana Silva Araújo, Assistente de Gabinete do 3º JA-CGJ e capacitadora do PJD ponderou que a inconsistência pode ter origem no formato em que foi gerado o documento. Se o documento for gerado no modo “paisagem” há dificuldade do PROAD de abrir no pdf completo. Sugeriu que seja alterado o pré-requisito de pdf completo do PROJUDI para aceitar o dimensionamento dos docs que estão inseridos no modo paisagem.**
8. Audiência encerrada às 15h41min

ASSINATURAS

Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Kenedy Augusto Batista Pereira
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ana Paula Saad Cânedo Machado
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

ANA PAULA SAAD CANEDO MACHADO

TÉCNICO JUDICIÁRIO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 14/09/2020 às 15:14

ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS

JUIZ DE DIREITO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Pedido de assinatura ENVIADO em 14/09/2020 às 15:14

KISLEU DIAS MACIEL FILHO

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Pedido de assinatura ENVIADO em 14/09/2020 às 15:19

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ

Pedido de assinatura ENVIADO em 14/09/2020 às 15:19

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 14/09/2020 às 15:29